

EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS ANGOLANAS

Teresa Almeida Patatas

Professora e Chefe de Biblioteca da Escola Superior Politécnica do Namibe,
pertencente à Universidade Mandume ya Ndemufayo, Angola;

Teresapatatas.angola@gmail.com



Evolução do Património das Bibliotecas Universitárias Angolanas

Teresa Almeida Patatas

Historial do artigo:

Recebido a 02 de maio de 2017

Revisto a 20 de maio de 2017

Aceite a 25 de maio de 2017

RESUMO

As bibliotecas universitárias estão estritamente interligadas ao nível de sucesso do cumprimento das missões e objectivos das instituições da qual fazem parte. Este sucesso depende muito da qualidade do acervo bibliográfico e documental das mesmas, que é considerado património institucional. Angola, uma ex-colónia portuguesa e país pós-conflito, tem a evolução patrimonial das suas bibliotecas universitárias ligada à história do Ensino Superior no território. Este artigo tem como objetivo mostrar essa evolução, nos diferentes períodos históricos, e especifica um caso positivo. Este, de uma biblioteca no litoral sul do país, pertencente à Escola Superior Politécnica do Namibe, actualmente denominada “António Didalelwa”, que serve à colectividade institucional e à comunidade provincial. A pesquisa, dificultada pela limitação de fontes bibliográficas e documentais nesta temática, revela que as bibliotecas universitárias em Angola têm um percurso de carências de qualidade e quantidade patrimonial, devido a factores exógenos e endógenos. Contudo, enfrentam os obstáculos com os recursos disponíveis e procuram servir e apoiar as suas instituições e comunidades.

Palavras-Chave: Biblioteca universitária; Angola; Ensino Superior; Património; e, Acervo.

ABSTRACT

University libraries are closely interconnected to the successful accomplishment of the missions and objectives set by the institutions of which they are a part of. This success is strongly dependent on the quality of the bibliographic and documentary collection of these libraries, which is considered to be institutional patrimony. The patrimonial evolution of Angolan university libraries is deeply connected to the history of Higher Education in this territory, as a former Portuguese colony and a post-conflict country. This article aims to display that evolution throughout the different historical periods while showcasing a positive case. This case is a library located in the southern coast of the country belonging to the Escola Superior Politécnica do Namibe (ESPtN), currently known as António Didalelwa, which serves the institutional collectivity and provincial community. This research, which was hindered by the limited bibliographic and documentary sources on this theme, reveals that the university libraries in Angola have a history of both low patrimonial quality and quantity, due to exogenous and

endogenous factors. However, they face these obstacles with the available resources, and seek to serve and support their institutions and communities.

Keywords: University library; Angola; Higher Education; Patrimony; and, Collection.

1. Nota Introdutória

As bibliotecas universitárias são fundamentais para o apoio científico, técnico, académico e pedagógico das instituições onde estão inseridas, das quais fazem parte de um modo ativo. Funcionam, também, como indicador do desenvolvimento científico e académico das universidades e são um importante contributo para o progresso científico e sociocultural da comunidade que as integram.

O acervo bibliográfico e documental destas bibliotecas faz parte do património institucional. A qualidade deste património é determinada por diversos factores, sendo os mais analisados: atualidade, utilidade e diversidade do seu conteúdo, a quantidade face à demanda, a satisfação dos utilizadores e o grau de cumprimento dos seus propósitos, especialmente na área de investigação científica, suporte bibliográfico e ensino.

A aquisição e evolução deste património dependem de factores exógenos e endógenos à universidade, como por exemplo: as políticas e os orçamentos para o setor, e a prioridade estipulada por cada instituição à área, entre outros.

Em Angola, as evoluções e retrocessos patrimoniais das bibliotecas universitárias estão intimamente ligados à história do Ensino Superior no território e esta, por sua vez, à história do país, numa forte conjugação de causa-efeito.

Este artigo tem como objetivo mostrar a evolução das bibliotecas universitárias angolanas e do seu património. Especifica-se o caso de uma, a pertencente à Escola Superior Politécnica do Namibe, localizada na região litoral sul do país. Esta foi selecionada por ser um exemplo de evolução positiva, apesar dos obstáculos enfrentados.

Para a concretização deste objetivo fez-se uma pesquisa bibliográfica na área, que devido à escassez das fontes foi complementada com uma pesquisa documental. Ambas limitadas, como consequência do percurso histórico do país. O artigo divide-se em duas partes, sendo a primeira mais generalizada e a segunda a especificação do caso mencionado.

2. A Biblioteca Universitária

Desde os primórdios da universidade que a biblioteca é um auxiliar essencial para a realização dos objetivos universitários:

“Desde os mais remotos tempos a universidade e a biblioteca, trabalhando na mais íntima reciprocidade, têm desempenhado a importantíssima função de preservar e disseminar o

conhecimento. Desde os tijolos da Babilónia e os rolos de papiro da Biblioteca de Alexandria aos [...] nossos dias, vemos uma longa estrada de trabalho, esforço e pesquisa.” (PRADO, 2000: 13)

O objetivo geral da biblioteca universitária é “facilitar o acesso e o uso das fontes de informações, que representam a base do ensino e da pesquisa” (PRADO, 2000: 14) assim como da extensão universitária. Para além de ser um apoio à pesquisa, ensino e divulgação de informação, deve incluir também a vertente do lazer. Estas são algumas razões para a biblioteca “não poder ser um agente neutro, passivo” (PRADO, 2000: 15), complementando esta ideia afirma-se que “a Biblioteca Universitária não constitui parte passiva de todo o processo académico nem, tão pouco, tem como objectivo único fornecer a documentação necessária ao cabal conhecimento dos programas [...] na universidade.” (LEITE, 1996: 259)

A biblioteca universitária já não é só considerada como uma mera depositária do conhecimento, especialmente científico, adquirido pelos nossos antecessores, mas é cada vez mais vista como basilar para a transmissão de conhecimentos, que estão no seu acervo, aos diferentes grupos que a procuram. Assim “como parte integrante da comunidade académica, a Biblioteca deve desempenhar um papel activo e preponderante no apoio às componentes científica, técnica e pedagógica, respondendo de forma dinâmica às solicitações dos seus utilizadores.” (LEITE, 1996: 259)

Existem factores que influenciam negativamente o funcionamento destas bibliotecas, nomeadamente “a inadaptação de instalações, a ausência de políticas consistentes de aquisição de bibliografia [...] a insuficiência de recursos humanos e materiais” (LEITE, 1996: 259-260). A actuação da biblioteca depende de factores exógenos criados pelas políticas nacionais, em relação ao ensino superior e de factores endógenos impostos pela universidade onde está incluída.

1.1. A Biblioteca Universitária na Colónia de Angola

O surgimento da biblioteca universitária em Angola está, naturalmente, associado ao início da universidade nesta ex-colónia portuguesa, por isso se apresenta uma súmula história desse percurso.

Até aos anos 60 não havia Ensino Superior em Angola. Consequentemente quem pretendesse avançar para esse nível de estudos teria que deslocar-se para fora desta colónia portuguesa, principalmente para a metrópole, para as cidades de Coimbra, Porto e Lisboa. Devido aos custos elevados que implicava essa deslocação, eram apenas os mais abastados ou financiados por entidades religiosas, que podiam realizar esse intento.

O histórico confronto de 1961 cria uma conjuntura de instabilidade. Portugal vive um momento complexo devido a uma série de factores sociopolíticos. A ideia de libertação nacional angolana era inadmissível para Portugal, consequentemente:

“Depois das bem-sucedidas operações de luta contra a insurreição de 1961, as forças de ordem portuguesa concentraram-se na determinação de medidas protectoras das áreas económicas importantes no Norte de Angola, para assim garantir a segurança da capital e criar um clima favorável à aceleração do desenvolvimento socioeconómico”. (WAALS, 2011: s.p.)

Neste contexto transtornado brota o Plano Deslandes, “concebido pelo então secretário provincial da educação de Angola, Amadeu Castilho Soares, e aprovado pelo governador de Angola, General Venâncio Deslandes, através do decreto-lei nº 44530, de 1962” (NETO, 2014: 173), com a moção da urgente implementação da universidade em Angola, almejando a autonomia intelectual desta colónia e a formação de profissionais julgados indispensáveis para o desenvolvimento territorial.

O Plano Deslandes tinha também como fundamento o fato das universidades portuguesas não se revelarem eficientes, para, em tempo útil, prover os quadros que Angola carecia com vista ao seu progresso socioeconómico, nomeadamente para o combate à pobreza e ao subdesenvolvimento vigente.

Decorrendo desta decisão política, fez-se a assinatura do Decreto-Lei nº 44530 a 21 de agosto de 1962, do qual surgiu o Ensino Superior em Angola com os Estudos Gerais Universitários com dupla tutela: do Ministério do Ultramar e do Ministério da Educação.

Os Estudos Gerais Universitários eram agregados à Universidade Portuguesa e tinham os cursos estipulados pelo Decreto-Lei 45180, de 5 de Agosto de 1963. Estes estavam concentrados em Luanda, mas havia uma extensão de cursos em Nova Lisboa e Sá da Bandeira (actualmente denominadas Huambo e o Lubango respectivamente). Os dois anos iniciais eram efectuados em Angola, mas os cursos tinham que ser terminados na metrópole.

Numa exposição de Veiga Simão (em TEODORO, 2002: 82) é proferido que “para se ser licenciado português era preciso vir a Coimbra, Lisboa ou Porto. Portanto, completar os cursos na Metrópole era sinal de manutenção, por via meramente impositiva e administrativa, dum portuguêsismo.” Pois, adejava o receio que a educação das elites coloniais gerasse a intenção de independência das suas colónias.

CARVALHO (2012: 52) enfatiza que “no período colonial, o acesso ao ensino superior destinava-se somente a quem integrava as camadas superiores da hierarquia social, [...] nos primeiros anos de implantação em Angola, era difícil que alguém pertencente às camadas médias da hierarquia social tivesse [este] acesso.”

Havia críticas ao Plano Deslandes oriundas de Lisboa e Luanda (SANTOS, 1998: s.p.): “Em Lisboa dizia-se que as medidas tomadas eram anticonstitucionais, pois o Governo de Luanda usurpara atribuições que se dizia pertencerem ao Governo Central”. Sobre o do acesso limitado a crítica vinha de Luanda: “havia quem o acusasse de procurar difundir o ensino superior, que beneficia apenas um grupo reduzido da população”. As críticas estendiam-se também a outros fatores: “reconheceram-se defeitos graves na estrutura dos centros de estudos universitários de Angola, uns de carácter teórico e outros no aspecto prático” (id.).

Há pouca informação sobre a quantidade de bibliotecas nesses cursos, mas SANTOS (1998: s.p.) aponta a pelo menos uma quando comenta o seguinte:

“Em 31 de Março de 1966, foi criado no Instituto de Investigação Médica de Angola o Centro de Documentação e Informação Médicas, integrando a **biblioteca** [negrito adicionado], o museu, o gabinete de fotografia, desenho e som, de forma a prestar apoio aos facultativos que precisassem de recorrer a estes serviços.”

A lacuna informativa não permite também saber sobre a qualidade do serviço ou acervo bibliotecário existente nessa época histórica, nem mesmo, após a mudança de designação dos Estudos Gerais Universitários para Universidade de Luanda a 23 de dezembro de 1968. Contudo sabe-se de estágios e formação nessa área realizados em 1973, dois anos antes da independência de Angola, que leva a inferir a preocupação com esses serviços:

“Em 29 de Maio de 1973, foi lavrado um despacho comum dos dois ministros, Educação Nacional e Ultramar, publicado no Boletim Oficial de Angola em 18 de Julho, pelo qual foram criados estágios de habilitação especialmente destinados ao pessoal técnico das **bibliotecas universitárias de Luanda** [negrito acrescentado] e Lourenço Marques. Seriam ministrados cursos paralelos relativos aos seguintes temas: Administração de bibliotecas; Catalogação; Classificação bibliográfica.” (SANTOS, 1998, s.p.)

Nos dois anos seguintes, a conjuntura política proporcionou um ambiente, que impossibilitava um desenvolvimento notório em qualquer área, particularmente a universidade e seus serviços, incluindo os bibliotecários.

1.2. A Biblioteca Universitária numa Angola Independente

Angola torna-se independente em 1975. Contudo, após o término do colonialismo rompeu uma guerra civil que findou em 2002. A guerra, assim como outra violência civil, “têm profundas consequências directas nos sistemas educativos.” (PANCHAUD, 2008: 10).

Em Angola, a guerra civil dificultou imensamente o desenvolvimento pretendido para a educação formal e impossibilitou os objectivos nacionais para qualquer nível de ensino. As bibliotecas, como fonte de apoio educativo, não foram poupadas das consequências nefastas de uma longa guerra: a destruição, a pilhagem, e os danos nos edifícios e nos acervos bibliográficos e documentais. Tudo isto implicou um decréscimo abissal na qualidade dos serviços bibliotecários e na quantidade de material disponível para os mesmos.

Notadamente ao nível do Ensino Superior, na altura da independência nacional, houve uma enorme baixa de quadros com a saída elevada de professores, tendo como consequência graves défices de recursos humanos, obrigando, por exemplo, ao fecho de cursos. A forte redução quantitativa foi também bem notória nos discentes universitários. CARVALHO (2012: 53) indica que “com o processo de descolonização, o número de estudantes diminuiu para 1.109, em 1977 há a diminuição drástica de 73,4%”.

Portanto, a Universidade de Luanda sofreu todo um processo de descida quantitativa aliada à consequente baixa qualitativa. Nesse cenário passa para a nova designação de «Universidade de Angola», a 28 de setembro de 1976 e posteriormente, a 24 de janeiro de 1985, para «Universidade Agostinho Neto».

Em 1995, as bibliotecas das faculdades da Universidade Agostinho Neto passaram por um diagnóstico, realizado pela Universidade do Porto, cujos principais resultados revelam que, apesar da boa qualidade do trabalho dos funcionários, as dificuldades do país em guerra civil levaram:

“À quase completa estagnação das bibliotecas, consequência inevitável da falta de investimentos nesta área. A ausência de recursos financeiros, a insuficiência de recursos humanos, a falta de formação profissional, a não dignificação das carreiras profissionais, a falta de comunicação entre as diversas unidades documentais.” (LEITE, 1996: 261).

Semelhantemente, ficou provado que, salvo raras exceções, as instalações, equipamentos e mobiliários eram inadequados para um bom funcionamento dos serviços bibliotecários, grande parte dos fundos documentais estava desactualizada e sem políticas de aquisição de material

mais modernizado. Após o processo de recolha, análise de dados empíricos e apresentação de resultados, os funcionários bibliotecários passaram por uma formação especializada na área.

1.3. A Biblioteca Universitária Após a Paz

Após um longo conflito civil, a aguardada paz surge em 2002. Em decorrência deste evento, principia um crescimento notável em todas as áreas nacionais, incluindo no sistema educativo. A necessidade de quadros superiores para impulsionar o desenvolvimento faz eclodir o ensino superior. O GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA (2012:37) declara que se deu uma “rápida progressão da oferta de ensino superior, público e privado.” LANGA (2013: 54) comenta que “a educação cresceu mais de 50% desde 2002”.

Foi aprovada pelo Conselho de Ministros, na Resolução nº4/07, de 02 de fevereiro, a implementação de Instituição de Ensino Superior de modo gradual. Em sua observância foram sendo criadas universidades públicas de âmbito provincial. De acordo com o DECRETO Nº7/09 de 12 de maio, a rede de ensino superior foi reorganizada e foram criados outros estabelecimentos com o propósito da sua adaptação “aos objectivos estratégicos de desenvolvimento económico, social e cultural do País, em conformidade com os programas do Governo” (p. 1855).

A Universidade Agostinho Neto foi a única universidade pública até 2009, houve universidades privadas que foram surgindo mas, infelizmente, não foi possível obter qualquer tipo de informação sobre as suas bibliotecas.

Em 2009, ano do redimensionamento da única universidade pública, é definido o subsistema do Ensino Superior em Angola, no DECRETO Nº 90/09 de 15 de dezembro, artigo 3º:

“É o conjunto de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de actividade económica e social do País, assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana, bem como a promoção da investigação científica e a prestação de serviços à comunidade” (2009: 3952).

Com o crescimento exponencial deste nível de ensino dá-se um aumento relevante de professores e alunos, por exemplo, o ritmo de crescimento ao ano de professores foi de 26,7% e de alunos de 30,7% até 2011 (CARVALHO, 2012). Apesar deste crescimento o número de Instituições de Ensino Superior é insuficiente para satisfazer a procura.

Há lacunas informativas sobre as bibliotecas universitárias pós- paz, mas, de alguns trechos de documentos e notícias, pode-se deduzir a necessidade quantitativa e qualitativa destas:

1. O MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (2012:213) destaca como fraqueza, designada «crítica», do ensino superior: a “Escassez de recursos [...] materiais (infra-estruturas físicas, laboratórios, oficinas, equipamentos, **bibliotecas** [negrito adicionado]).”
2. Em 2014, em Luanda, aquando da realização de um fórum sobre as bibliotecas universitárias, Maria Augusto Martins, Secretária de Estado do Ensino Superior para Inovação, admitiu a necessidade destas bibliotecas serem organizadas e desenvolvidas visando um ensino nacional de qualidade. Frisou-se que “ sem uma biblioteca boa não há investigação nem ensino”. Esta importante figura política no setor referiu ainda que “sem bibliografia não há investigação nem ensino superior de qualidade.” (ANGOP, 2014).

3. A insuficiência geral de bibliografia nas bibliotecas universitárias e a complexidade na sua aquisição, são mencionadas nas notícias quando questionados os alunos sobre as dificuldades de ser universitário em Angola, tendo como exemplo o artigo de BORRALHO (2015): “As dificuldades começam logo pela falta de livros, tanto nas universidades como nas livrarias angolanas. ‘Nas bibliotecas, não encontramos os livros que precisamos’, conta [uma] universitária”.
4. Mais recentemente, Pacheco Francisco, Diretor provincial da Educação do Namibe, referiu, numa entrevista a 11/04/17, que as bibliotecas são em número insuficiente e com um acervo bibliotecário incapaz de satisfazer a totalidade das necessidades do público em geral e dos estudantes em particular.

Para colmatar a situação referida tem havido algum investimento, de modo esporádico, em seminários, como aconteceu em 2012 na Huila, onde foi reconfirmada a importância das bibliotecas universitárias.

Neste evento, o então reitor da Universidade Mandume ya Ndemufayo, Abraão Mulangi, disse que “as bibliotecas e centros de documentação devem desempenhar um papel importante no apoio competente científico, técnico e pedagógico, respondendo às solicitações dos utilizadores”. Enfatizou também que as bibliotecas universitárias “permitem o acesso a um conjunto de recursos disponíveis e reflectem o desenvolvimento científico, tecnológico, económico e sociocultural da comunidade onde estão inseridas as universidades” (CALUCIPA, 2012: s.p).

Há também exemplos de investimento, ao longo dos anos, na formação profissional para os funcionários das bibliotecas universitárias, algumas com formadores estrangeiros - como aconteceu em 2014 - promovida pelo Ministério do Ensino Superior - mas estas são ainda insuficientes para dar a qualidade desejada neste sector.

Desde o início da crise, em 2014, verificou-se um aumento da dificuldade de aquisição de material bibliográfico e uma redução do orçamento e, conseqüentemente, o investimento nos acervos, formações e infra-estruturas bibliotecárias.

As dimensões da realidade das bibliotecas universitárias, oscilam nas diferentes províncias de Angola. Por isso se enfatiza uma destas: a província do Namibe localizada no litoral sul do país, onde, até 2017, havia apenas duas Instituições de Ensino Superior públicas, ambas ligadas à universidade Mandume ya Ndemufayo e cada uma com bibliotecas com um acervo abaixo dos 4000 livros. Todavia, devidas as contingências que o país atravessou, e ainda atravessa, essa quantidade é significativa e resultante de batalhas e vitórias na sua aquisição.

Apresenta-se de seguida o caso de uma destas instituições, a Escola Superior Politécnica do Namibe, a pioneira no Namibe, no seu percurso de aquisição do património bibliotecário.

2. Caso: Biblioteca da Escola Superior Politécnica do Namibe

Um ano após a paz, firmou-se o primeiro Protocolo de Cooperação, entre a reitoria da Universidade Agostinho Neto e o Governo da Província do Namibe, para a abertura da primeira Instituição de Ensino Superior nessa província. Em 2004, decorrente deste protocolo, é

inaugurada a “Escola Superior de Ciência e Tecnologia”, ligada à Universidade Agostinho Neto, pelo Presidente da República de Angola.

Esta instituição vem ocupar o espaço de uma escola construída ainda no tempo colonial, e herda desta as instalações da biblioteca, o reduzido mobiliário e o seu parco acervo - menos de 100 livros - os remanescentes após os sucessivos saques, sobretudo nos anos 80 e 90.

O acervo bibliográfico foi crescendo em quantidade, mas nem sempre em qualidade. Em 2007 a biblioteca tinha cerca de 800 livros, que após avaliação do seu estado de degradação e de uma revisão de conteúdo, são reduzidos a 600.

Em 2009, com a reestruturação da rede do ensino superior, esta instituição passa a pertencer à Universidade Mandume ya Ndemufayo, Região Académica VI, e altera a sua denominação para “Escola Superior Politécnica do Namibe”.

A quantidade de livros foi aumentando com a oferta de livros de outras universidades chegando a 906 livros. Em 2013 eram já 1066 títulos, contudo a maioria estava desactualizada e em língua espanhola. O grande aumento, de modo significativo para os propósitos universitários, chegou em 2014 com a oferta do Ministério do Ensino Superior de 2059 livros científicos, que veio dar um enorme, e aguardado, apoio bibliográfico aos cursos leccionados.

O acervo bibliográfico passa por um crivo em que são retirados os livros em espanhol e estruturadas as prateleiras por curso. No final desse ano eram 2555 livros à disposição dos utilizadores.

Antes dessa oferta a biblioteca tinha uma frequência quase nula e baixo controle de funcionamento. Em novembro, desse ano, é criado o cargo de Chefe de Biblioteca após a formação em biblioteconomia de uma professora, realizada em Luanda,

Em 2015, a chefe deslocou-se a Portugal, onde teve a oportunidade de aumentar o seu conhecimento na área de gestão de bibliotecas. Das suas visitas a outras bibliotecas, instituições e universidades, resulta a oferta de 220 livros e das primeiras revistas científicas nesta instituição, num total de 155 unidades.

Após o incentivo aos professores e alunos para usarem os serviços bibliotecários e, motivados pela ampliação do acervo, deu-se um aumento exponencial de frequentadores e utilizadores. Criou-se um regulamento interno, reestruturou-se o espaço e a organização, estendeu-se o horário e dias de trabalho, aumentou-se o número de funcionários e a divulgação dos serviços e conteúdos do acervo da biblioteca.

No final desse ano há mudança na direcção da instituição. Esta, decide mudar a biblioteca para outro edifício, o qual passa por obras, de fevereiro a agosto. Há um investimento fundamental para o sucesso desse desígnio e, assim, para esse local a biblioteca recebe novo mobiliário, equipamento e divisões, podendo assim oferecer mais serviços e ampliar a quantidade de lugares disponíveis para pesquisa e estudo. Na mudança de localização, a biblioteca recebe uma designação distinta: Biblioteca António Didalelwa.

2.1. Biblioteca António Didalelwa

Inaugurada pelo governador provincial, a 30 de setembro de 2016, a Biblioteca António Didalelwa surge como resposta inovadora e criativa à necessidade de proporcionar um lugar de estudo e pesquisa mais modernizado e adaptado à colectividade estudantil da Escola Superior

Politécnica do Namibe, da qual faz parte integrante. Recebeu o nome do malogrado professor da Universidade Mandume ya Ndemufayo, falecido um mês antes da inauguração desta biblioteca.

A designação e missão da biblioteca estão no seu regulamento interno, no artigo 1:

“(1) A Biblioteca é uma unidade funcional da Escola Superior Politécnica do Namibe, que tem como missão a aquisição, preservação, divulgação e tratamento técnico do património bibliográfico e documental desta instituição, sob o controlo do Director para a Área Científica.

(2) Na efectivação da sua missão a Biblioteca oferece apoio académico, científico, pedagógico e cultural, através dos seus serviços.”(ESCOLA SUPERIOR POLITÉCNICA DO NAMIBE,2016: 1)

O seu público-alvo é primordialmente os professores e alunos da instituição, contudo as suas portas estão abertas a todos os que procuram os seus serviços.

Tendo em vista, que um mundo em evolução constante, a biblioteca universitária tem uma “nova concepção [que] foi muito bem resumida por Archibald MacLeish: ‘A biblioteca é um conjunto de seres humanos que aceita a responsabilidade de tornar o material impresso útil à sociedade’” (PRADO, 2000: 13-14). A Biblioteca António Didalelwa revela o seu papel social junto à comunidade namibense, e de extensão universitária, como local de fornecimento de material impresso e de informação úteis, assim como de incentivo à leitura aos diferentes grupos etários, promoção da cultura (especialmente a angolana) em todas as suas formas de expressão.

Um exemplo de apoio à arte e cultura endógenas são as decorações nas paredes exteriores e interiores, realizadas pelo artista plástico local, Gustavo Nuno Carneiro, uma das quais foi efectuada em conjunto com os seus jovens alunos de uma escola nas proximidades.

Com o alvo acima mencionado, esta biblioteca fomenta atividades de leitura, teatro, música, poesia, desenho e pintura, arte, concursos, palestras, celebrações de dias ligados à cultura, comemorações de datas de valor nacional, exposições, demonstração do conteúdo do acervo para divulgação e promoção do seu uso pela comunidade, sugerindo também opções de leitura, etc. Estas atividades envolvem várias franjas da população e instituições, que são convidadas a participar ativamente nas mesmas. Deste modo, tem-se tanto a palavra falada, como a escrita e a expressa pela arte, ao serviço da diversidade cultural.

Para além disso, a biblioteca coopera com outros agentes de educação e com as bibliotecas de outras instituições e organizações, na disseminação da informação. Quando solicitada, participa nas atividades provinciais organizadas pelas entidades governamentais ou na rádio local.

A biblioteca foi inaugurada tendo no seu acervo 2750 livros e 155 revistas científicas transferidos do anterior espaço. Dias depois, o governador provincial cumpre a sua promessa de contribuição, feita na altura da inauguração da biblioteca, e oferece, da sua colecção particular, 61 livros.

Tendo em mente que “a biblioteca é um organismo em constante desenvolvimento; deve crescer e actualizar-se” (PRADO, 2000: 27), a biblioteca António Didalelwa procura vencer o desafio de cumprimento desses desígnios. Pelo período de crise que Angola atravessa, os meios para aquisição de material bibliográfico são muito reduzidos. Por isso, neste caso, o crescimento do acervo nesta biblioteca faz-se maioritariamente de ofertas, nacionais e internacionais, principalmente de instituições, embora também tenham surgido ofertas de particulares e dos próprios autores.

Cada aquisição é uma mais-valia permanente, cada livro acrescentado ao acervo é uma vitória para o desenvolvimento bibliográfico tanto a nível académico como a nível provincial, já que, conforme mencionado, esta biblioteca está aberta também ao público em geral. No final de 2016, o acervo bibliográfico era de 3628 livros e 156 revistas científicas. Em fevereiro de 2017 com ofertas trazidas de Portugal, e algumas de particulares, sobe para 3702 livros e 185 revistas científicas.

Procurando a realização de pesquisa e difusão do conhecimento, criou-se o serviço de fotocópias e o serviço de internet paga. Para o apoio à investigação científica e divulgação de conhecimentos, foram colocados livros e outras matérias em suporte digital, nos computadores novos à disposição dos seus utilizadores.

Os livros e revistas adquiridos tinham maioritariamente o propósito da melhoria bibliográfica académica, eram muito poucos os que visavam o lazer ou a cultura geral. Em março de 2017, a biblioteca recebe uma oferta de 13 livros de Portugal de cultura geral. Outra oferta de 80 livros e 4 revistas, do Instituto Nacional das Indústrias Culturais, de Luanda, colimando a cultura angolana, vem enriquecer o acervo infanto-juvenil, até então praticamente inexistente. No final de abril do corrente ano, esta biblioteca tem 3797 livros e 205 revistas científicas.

Dentro dos meios possíveis a biblioteca procura reduzir as barreiras orçamentais e arquitetónicas do limitado espaço face ao constante aumento da procura; e proporcionar o uso otimizado dos recursos disponíveis, para uma utilização eficiente deste local. Acredita que a criatividade no *layout*, acessibilidade, organização, meios e serviços disponíveis, assim como o atendimento e actividades diversas, continuam a ser um apelo ao uso do espaço pelos diferentes utilizadores, que se mostram satisfeitos com os resultados obtidos.

Para uma melhor gestão bibliotecária, os funcionários têm passado por alguma formação interna. A chefe da biblioteca, para além de formações breves de biblioteconomia, tem efectuado diversos contactos com realidades nesse sector em visitas a bibliotecas mais versadas em Portugal e, mais recentemente, também no Brasil. Estas actividades visam o intercâmbio de conhecimentos; têm também a finalidade de aprender mais e posteriormente tentar aplicar esse novo conhecimento, com a adaptação possível a esta realidade, de características diferentes e singulares.

A biblioteca António Didalelwa é considerada, pelos que a conhecem e utilizam, como um exemplo positivo de uma evolução, com vista ao desenvolvimento académico e cultural da comunidade namibense.

3. Nota Conclusiva

As bibliotecas universitárias desempenham um papel essencial e ativo nas instituições e comunidades onde estão inseridas. O seu acervo bibliográfico e documental é considerado um revelante património institucional e, por isso, deve ser de qualidade e em constante movimento de aquisição e desbaste, de modo a atingir os seus objectivos, principalmente de apoio e divulgação da investigação científica e ensino, assim como o de cariz cultural.

As bibliotecas universitárias em Angola têm um percurso histórico singular, do qual resulta um património que está aquém das necessidades dos seus utilizadores, devido a factores endógenos e exógenos às instituições. Existem carências de quantidade e qualidade nos seus acervos

bibliográficos, difíceis de colmatar pelos períodos históricos que o país passou e o de crise que atravessa. Estas bibliotecas universitárias são uma área de pesquisa de fontes escassas e limitadas, por isso devem ser alvo de pesquisa mais aprofundada, e os seus resultados divulgados, valorizando a importância basilar que esta tipologia de bibliotecas têm no contexto onde se situam.

Um caso de evolução positiva, e de tentativa de enriquecer o património com os recursos disponíveis, é o da biblioteca da Escola Politécnica do Namibe, actualmente designada «António Didalelwa». O percurso patrimonial desta biblioteca está ligado à sua história e vem potenciar os recursos bibliográficos e documentais, disponíveis aos utilizadores internos e externos da instituição, beneficiando assim toda a comunidade da província. Confirmando que, sem uma biblioteca em constante renovação, torna-se difícil a investigação de qualidade, que se pretende e necessita, num país em reconstrução nacional.

BIBLIOGRAFIA

ESCOLA SUPERIOR POLITÉCNICA DO NAMIBE – **Regulamento interno da biblioteca**. Namibe, 2016.

GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA - **Sumário Executivo: Estratégia Nacional de Formação de Quadros** [ENFQ]. Luanda, autores, 2012.

LANGA, P. V. - **Higher Education in Portuguese speaking African Countries: a five country Baseline Study**. South Africa: African Minds, 2013.

LEITE, João Emanuel Cabral - **Melhoramento da gestão de bibliotecas universitárias**. In: Contributos para a revitalização da Universidade em Angola. Porto: Universidade do Porto, Fundação Gomes Teixeira, (1996), p. 259-273.

MACIEL, Alba Costa & MENDONÇA, Marília A. – **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL- **Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017**. Luanda: autores, 2012.

NETO, T. S. – **História da educação e cultura de Angola: grupos nativos, colonização e a independência** - 3ª ed. Chamusca: Zaina editores, 2014.

PANCHAUD, C. – Introdução ao Dossier. In PANCHAUD, C. & BENAVENTE, A., Red. – Luta contra a pobreza e educação para a inclusão: transformar a escola na África Subsaariana. (Dossier). UNESCO-BIE. **Prespectivas**, 146, XXXVIII, (2), (2008), p. 7-14.

PRADO, Heloísa de Almeida – **Organização e administração de bibliotecas** -2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

TEODORO, António - **As políticas de educação em discurso directo: 1955-1995**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002.

WAALS, W.S. Van Der. - **Guerra e paz – Portugal/Angola (1961-1974)**. Alfragide: Casa das Letras, 2011.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

ANGOP- Angola: Fórum sobre bibliotecas universitárias marca semana de educação & cultura. [Em linha]. **Agência Angola Press**. 21 Junho de 2014. [Consult. 23.abr.2017]. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2014/5/25/Angola-Forum-sobre-bibliotecas-universitarias-marca-semana-educacao-cultura,26e22839-8288-4040-940c-84534b52cdfc.html.

BORRALHO, Pedro - As dificuldades de ser estudante universitário em angola. [Em linha]. Luanda: **DW. Made for minds**. [Consult. 22.abr.2017]. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/as-dificuldades-de-ser-estudante-universit%C3%A1rio-em-angola/a-18742689>. Notícias Angola, 28.09.2015.

CALUCIPA, Domingos - Universidades da região Sul debatem gestão bibliotecária. **Jornal de Angola Online**. [Em linha]. [Consult. 02.abr.2017]. Lubango, 26 de Maio de 2012. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao,em:http://jornaldeangola.sapo.ao/regioes/huila/universidades_da_regiao_sul_debatem_gestao_bibliotecaria.

Decreto nº7/09 de 12 de maio. **Diário da República. I Série – nº 87**, Luanda. [Consult. 13.maio.2017]. Disponível em: www.minct.gov.ao/verLegisla%C3%A7%C3%A3o.aspx?id=436. [EEstatuto orgânico do MESCT.pdf](#)

Decreto nº 90/09 de 15 de dezembro. **Diário da República. I Série, nº 237**, Luanda. . [Consult. 13.maio.2017]. Disponível em: www.fm.ukb.ed.ao/ficheiros/Decreto_subistema_do_sistema_do_Ensino_Superior.pdf.

SANTOS, Martins dos - **Cultura, educação e ensino em Angola**. [Em linha]. [Consult. 13.abr.2017]. 1998. Disponível em: <http://reocities.com/athens/troy/4285/ensino52.html>.